

Aspectos do mandado de segurança coletivo

Athos Gusmão Carneiro

1. Na análise do mandado de segurança coletivo, a primeira afirmação, embora possa parecer um truismo, é a de que não estamos frente a um novo instituto jurídico, mas sim a Constituição veio, apenas, ampliar o elenco das pessoas capacitadas ao ajuizamento da garantia mandamental, para tanto utilizando a técnica da substituição processual. Assim, no pólo ativo da relação processual não irá figurar somente a pessoa cujo direito subjetivo tenha sido, ou se afirme que o foi, violado por ato ilegal, ou praticado com abuso de poder, por autoridade pública ou por agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público; mas poderá figurar, também, a "organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados", assim como o "partido político, com representação no Congresso Nacional" (Constituição Federal, art. 5º, LXIX e LXX).

Conforme expõe, por todos, Arruda Alvim, "o fenômeno da substituição processual, nome latino devido a Chiovenda, consiste, precisamente, na circunstância de que, quem é parte no processo, por definição, não se afirma ser titular do direito material. Há, pois uma autêntica dissociação, na titularidade, no que tange ao direito de ação. Materialmente, é um o titular, ou seja, no campo do Direito Privado; no campo do processo, é outro o titular do direito de ação" ("Código de Processo Civil Comentado", RT, 1975, v. I, p. 427/428). Lembra o ilustre processualista que com frequência o sistema admite a legitimação concorrente, isto é, a legitimação extraordinária do substituto processual ao lado da legitimação normal do titular da pretensão (ibidem).

J. J. Calmon de Passos, com remissão a magistério de Barbosa Moreira, declara que no mandado de segurança coletivo a legitimação extraordinária das entidades referidas na alínea LXX da Lei Maior "autônoma e concorrente": autônoma, porque o substituto pode atuar em juízo "com total independência em relação à pessoa que ordinariamente seria legitimada e em posição análoga à que a esta caberia, se ordinário fosse o critério adotado pela lei para definir a situação legitimante". E "concorrente", porque a atuação do substituto, ou a possibilidade de atuação, não impede "a presença, no processo, do substituído, nem a proposição, por ele, de seu mandado de segurança individual" ("Mandado de Segurança Coletivo, Mandado de Injunção, Habeas Data", Forense, 1989, p. 32/33).

A tese de cuidar-se de legitimação extraordinária, a das entidades capacitadas para ajuizar mandado de segurança coletivo, não é todavia pacífica. Em artigo de doutrina, Ada Pellegrini Grinover compartilha da opinião, com "moderna tendência doutrinária", de que seria uma mera legitimação ordinária a das entidades que agem "na defesa de interesses institucionais" (artigo de doutrina "Mandado de Segurança Coletivo: legitimação, objeto e coisa julgada", na coletânea "Recurso no Superior Tribunal de Justiça", Saraiva, 1991, p. 286).

2. Impede ressaltar, de logo, que para o ajuizamento do mandado de segurança coletivo são exigíveis os mesmos pressupostos do mandado de segurança individual, a começar pela afirmação da existência de "direito líquido e certo", sendo o writ de todo inadmissível relativamente aos chamados "direitos" ou "interesses difusos", para cuja tutela remédio jurídico outro, a ação civil pública, deve ser utilizado.

"Para o ajuizamento do mandado de segurança coletivo são exigíveis os mesmos pressupostos do mandado de segurança individual, a começar pela afirmação da existência de "direito líquido e certo"

No discriminar entre os direitos subjetivos e os meros interesses difusos, valho-me novamente do magistério de Ada Pellegrini Grinover:

"A diferença consiste em que se entendem por interesses difusos aqueles em que não há nenhum vínculo jurídico entre as pessoas pertencentes ao grupo, ligadas que são apenas por circunstâncias de fato, contingentes e variáveis, como as de habitar a mesma região ou o mesmo bairro, participarem de certos empreendimentos, consumirem determinados produtos. Situa-se nessa espécie interesses espalhados e muito amplos: por exemplo, os que têm por objeto a proteção ao ambiente aos consumidores, aos usuários de serviços públicos.

Já nos interesses chamados coletivos, existe um vínculo jurídico, ou uma relação jurídica base, que une as pessoas pertencentes ao grupo: como filiados a um sindicato, os membros de uma entidade associativa, as pessoas interessadas na preservação ambiental ou na eliminação da propaganda enganosa, que se associam para a defesa de seus interesses de categoria ou de classe".

Ouso, todavia, divergir da eminente processualista quanto à sua proposição de que o mandado de

segurança coletivo poderá servir também à defesa "dos interesses difusos, transcendentes à categoria", isto é, "para a tutela de todas as categorias de interesses e direitos". Serviria, pois, para que os habitantes da cidade de Cubatão, no litoral paulista, agissem em juízo contra as empresas poluidoras do ar que respiram... Mas o interesse difuso, exatamente porque é difuso, toca a um número indeterminado e indeterminável de pessoas, e não é "divisível", não se pode precisar o quinhão de cada interessado. Ora, como sintetiza Calmon de Passos, "os direitos que podem ser objeto do mandado de segurança coletivo são os mesmos direitos que comportam defesa pelo mandado de segurança individual" (Ob. cit., p. 8). Contra, pela ampliação do mandamus coletivo à defesa de quaisquer direitos ou interesses legítimos, difusos ou coletivos, o magistério de Celso Agrícola Barbi ("Mandado de Segurança na Const. de 1988", in coletânea "Mandados de Segurança e de Injunção", Saraiva, 1990, p. 73).

E tais direitos são aqueles "líquidos e certos", no dizer constitucional, ou seja, os direitos decorrentes de fatos não controvertidos, em que para a declaração da incidência (ou da não-incidência) da norma legal ao suporte fático não necessite o juízo de provas que não as documentais. Como ensinou Costa Manso:

"Desde, pois, que o fato seja certo e incontestável, resolverá o juiz a questão de direito, por mais intrincada e difícil que se apresente, para conceder ou denegar o mandado de segurança". (apud Agrícola Barbi, "Do Mandado de Segurança", Forense, n. 71)

Foi portanto mantido (José Rogério Cruz e Tucci, "Class Action" e "Mandado de Segurança Coletivo", Saraiva, nº 2.2; Ernane Fidelis dos Santos, "Mandados de Segurança e de Injunção",

Saraiva, v.v. a.a., 1990, p. 132) o elemento essencial e preponderante à caracterização do mandado de segurança, o objetivo de tutela ao direito afirmado líquido e certo, tipificado o mandado de segurança coletivo pela circunstância de destinarse à defesa do direito não de um, ou de vários (afirmados) titulares de tal direito, mas sim dos direitos homogêneos dos indivíduos integrantes de uma coletividade, sujeitos de direito indeterminados quando do ajuizamento do writ, mas necessariamente determináveis quando da execução da ordem, se concedida. Solução outra enfrenta o rAsco, na expressão de Calmon dPassos, de "habburdiar" o instituto, sem "disso resultarem benefícios de ordem prática" (ob. cit., p. 9).

3. Impende, já agora, afastar qualquer eventual confusão entre o mandado de segurança coletivo e o caso de legitimação (extraordinária?) previsto no artigo 5º, XXI, da Constituição de 1988, verbis:

"As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente".

Note-se, a amplitude da representação, a ser executada tanto em juízo como fora dele, e que em juízo pode ser exercida tanto através de remédios jurídicos comuns, como através de ações constitucionais "potenciadas", inclusive mediante o mandado de segurança individual.

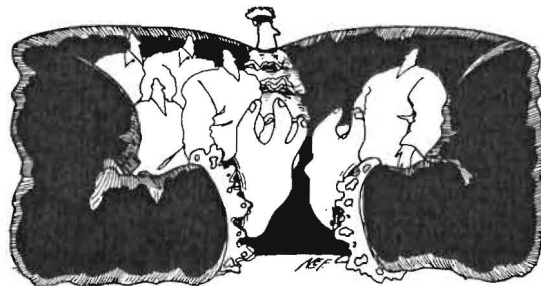
Impede aqui ressaltar que a representação não poderá extravasar aos fins estatutários ou legalmente estabelecidos da entidade associativa: não irá uma associação recreativa receber autorização para ajuizar ação de despejo em representação de associado seu, ou para representá-lo como réu em ação de despejo; e nem irá a associação de exadristas representar associados seus perante o Sistema Financeiro da Habitação discutindo o valor das prestações de mútuos habitacionais.

Em suma: nos casos do artigo 5º, XXI, da Constituição Federal vigente, encontramos uma nova modalidade do instituto da representação, para facilitar a defesa daqueles que se julgem menos aptos, ou encontrem dificuldades, por quaisquer motivos, para o ingresso "normal" em juízo em defesa de seus interesses (rectius, de seus invocados direitos), propiciando-lhes o apoio e as facilidades decorrentes do auxílio de sua entidade associativa, geralmente em litisconsórcio com outros filiados que se encontrem em idêntica ou similar situação. Esta atuação poderá ser, inclusive, mediante o uso do mandado de segurança individual, quer de um único impetrante como de impetrantes vários litisconsorciados em mandado de segurança plurímico (mas não coletivo).

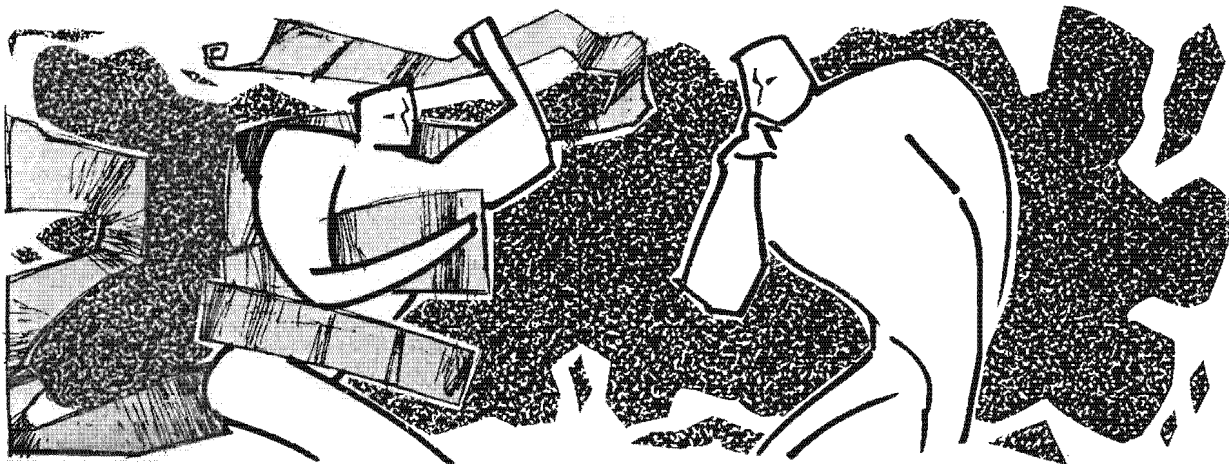
4. Retornando ao tema do mandado de segurança coletivo, vale indagar o porquê da utilização, na norma constitucional, da palavra "interesses" no inciso LXX, letra b, da Lei Magna, quando no inciso anterior foi empregada a expressão "direito" líquido e certo. Calmon de Passos dá explicação muito convincente à aparente incongruência, ao ensinar que o uso da expressão "direitos" levaria quicá à exegese de que todo e qualquer direito do associado poderia ser defendido em mandado de segurança coletivo impetrado pela associação, em substituição processual, e isso "seria demasiado, para não dizer anárquico". O uso da expressão "interesses" teria o condão, destarte, de reduzir a atuação dos substitutos processuais à tutela daqueles direitos subjetivos para cuja defesa seus titulares manifestaram interesse em filiar-se à associação: "Vale dizer, a legitimação diz respeito não à defesa dos "direitos" dos seus membros ou associados, tont court, mas sim dos "direitos" dos seus membros ou associados cujo substrato material seja um "interesse de membro" ou "interesse de associado" (Calmon de Passos, ob. cit., I.4, p. 12/13).

Uma entidade associativa qualquer, do sindicato à associação recreativa ou benéfico, poderá, portanto, e este um esquema didático, impetrar mandado de segurança sob as seguintes situações:

a) — impetra o mandamus em defesa de interes-



“A representação não poderá extravasar aos fins estatutários ou legalmente estabelecidos da entidade associativa. Não irá a associação de enxadristas representar associados seus perante o Sistema Financeiro da Habitação discutindo o valor das prestações de mútuos habitacionais”



se seu, pretendendo a tutela de direito dito líquido e certo da própria impetrante como pessoa jurídica. É um writ comum individual, previsto no inciso LXIX do artigo 5º da Constituição;

b) — impetra o mandado de segurança em representação de associado ou associados seus, identificados na inicial de pelos mesmos devidamente autorizada, e sem alheamento das finalidades associativas. Aqui também caso de mandado de segurança individual, com ou sem litisconsórcio ativo, eis que os autores, nos termos do inciso XXI do art. 5º da Lei Maior, são os associados, pela entidade representados;

c) — impetra mandado de segurança coletivo, com espeque no art. 5º, LXX, b, em substituição processual de seus membros ou associados, para a defesa de direitos individuais líquidos e certos dos mesmos. A impetrante no caso, ou seja, a parte autora será a entidade associativa, como substituta processual, defendendo em nome próprio o direito alheio, de que sejam titulares os substituídos, sem necessidade de autorização alguma destes, sob o pressuposto, naturalmente, de que o pedido formulado no mandamus apresente compatibilidade com os objetivos institucionais nucleares da entidade.

5. Vamos avançar. Na impetração do mandado de segurança coletivo, impende verificar se ocorrem os pressupostos genéricos do mandado de segurança, e os específicos do mandamus coletivo. Assim, bô que perquirir:

a) se o direito a ser definido pode ser afirmado como “líquido e certo”, isto é, baseado em fatos incontroversos, restando discutidas apenas questões jurídicas; b) se o direito a ser defendido é direito subjetivo violado por ato de autoridade pública ou pessoa jurídica no exercício de delegação do Poder Público; c) se a prática do ato de autoridade, ou sua omissão, incide na censura de ilegalidade ou abuso de poder; d) se o direito subjetivo tutelado é afirmado pertencer a integrante da entidade associativa, nos casos da letra “b” do inciso LXX, ou se é direito qualificado como direito fundamental individual ou social, constitucionalmente definido e tutelado, nos casos da letra “a” do mesmo inciso; e) se o direito a ser tutelado é congruente com as finalidades do sindicato, entidade de classe ou associação, nos casos da letra “b”;

6. Merece redobrada atenção a análise da legitimação quanto aos partidos políticos. Pressupondo-se a manutenção da representação no Congresso Nacional, isto é, gozem de legitimidade representativa em âmbito nacional, poderão eles defender, no “mandamus” coletivo, todo e qualquer direito de todo e qualquer cidadão brasileiro? Ou apenas

dos que forem eleitores? Ou apenas de seus filiados? Ada Pellegrini Grinover entende que a legitimação é ampla, “e só pode sofrer a restrição decorrente do texto constitucional, consistente na falta de representação no Congresso Nacional” (ob. citada, nº 3.1). Sérgio Ferraz, cuidando do tema à luz da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, considera os partidos capacitados, no “que diga respeito ao regime democrático, à autenticidade do sistema representativo e à defesa dos direitos humanos fundamentais, constitucionalmente definidos”, a agir pela via do writ coletivo, embora logo afirme que em tal caso o partido atua no nome próprio, em defesa do interesse próprio, apenas “com reflexos na esfera de interesses e direitos de todos” (ob. cit.); ou seja, a hipótese então não seria caracterizável como substituição processual! Calmon de Passos dá a legitimação dos partidos ampli-

tude restrita, mesmo porque, argumenta, “a legitimação sem fronteiras que seja reconhecida aos partidos políticos significará o caos, além de transferir para o âmbito do Judiciário (arena inadequada) a luta política que deve ser levada a cabo em outro campo”. Sugere, então, que os partidos políticos só devam atuar em caráter supletivo, “com a aquiescência das entidades representativas dos indivíduos a que se vinculam os interesses em jogo”, ou quando inexistentes tais entidades (ob. cit., p. 21/22).

Parece-nos razoável sustentar que a melhor solução será, ao menos como regra, a manutenção do princípio da vinculação entre as finalidades da entidade substituída com os interesses das pessoas substituídas. Assim julgou, em termos, a 1ª Seção do STJ, rel. o em. Min. Garcia Vieira, constando da ementa que a legitimação do partido “só pode ser

no sentido de defender os seus filiados e em questões políticas, ainda assim, quando autorizado por lei ou pelo estatuto” (“Lex-STJ”, v. 18/51).

Podem pois os partidos políticos atuar como substitutos processuais, e, assim, ajuizar “mandamus” coletivo, se os direitos afirmadamente violados (ou ameaçados) forem aqueles sob direta e imediata tutela constitucional, relativo à generalidade dos cidadãos como tais, acima de considerações pertinentes a interesses de ordem econômica, de classe, profissionais e assim por diante. Poderá o partido político, portanto, agir contra ato administrativo (lato sensu) que viole a liberdade de manifestação do pensamento; ou a liberdade de culto; ou sigilo da correspondência e das comunicações, nos termos da lei; ou que institua ilegais restrições à livre locomoção dentro do território nacional; ou que institua taxas confiscatórias da herança; ou que discrimine entre cidadãos por motivo de raça, religião, cor, etc. Mas não poderá o partido político impetrar, v.g., mandado de segurança coletivo em favor de mutuários do SFH, em tema de reajuste de prestações, por cuidar-se de obrigações e direitos meramente contratuais, ainda que muito numerosos os interessados.

7. O tema da competência apresenta, no mandado de segurança coletivo, certas particularidades. Vamos supor uma majoração tributária estadual que os contribuintes, espalhados por muitos municípios e comarcas, considerem ilegal. Assiste-lhes a faculdade, naturalmente, de ajuizar mandados de segurança individuais, apontando como coator, em cada caso, o agente que houver concretamente lavrado a atuação fiscal, ou que os haja notificado para efetuar o pagamento sob pena de atuação e multa, ou que ameace notificá-los. Todavia, a entidade de classe, digamos a Associação Comercial ou a Associação das Indústrias, sediada na capital estadual, propõe o mandado de segurança coletivo em substituição de todos seus associados, indeterminados na petição inicial, embora determináveis, como já dito, na execução mandamental. Como em ação de mandado de segurança firma-se a competência pelo local onde sediada a autoridade coatora e pela hierarquia funcional da mesma autoridade, e como na hipótese são muitas as autoridades coadoras dos substituídos, necessário será perquirir quem, de acordo com as normas administrativas, ostenta hierarquia superior à dos agentes fiscais concretamente coatores, e assim presumivelmente haja determinado a prática dos atos ditos ilegais, podendo destarte igualmente mandar sejam sustados ou revogados. Se a autoridade fiscal superior for, v.g., o Inspetor Geral de Tributos, competente será o juiz da Fazenda Pública da capital, e a sentença fará coisa julgada relativamente a todos os substituídos, sejam ou não domiciliados na área

PRÊMIO JUSTIÇA FEDERAL DE IMPrensa 1992

ENTREGA DOS TRABALHOS
De 27.07.92 às 15.00.92

LOCAL: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento dos
Servidores da Justiça
SEP 510, 104 B, 11.º C,
Ed. Cidadão de Cabo Frio
CEP 26.716 - Brasília - DF
Tel. (061) 348-3065
Fax (061) 347-6314

INSCRIÇÃO
De 01.08.1992 até 31.08.1992
INFORMAÇÕES: (061) 347-6314



CONSELHO
DA
JUSTIÇA FEDERAL
CENTRO DE ESTUDOS E
APERFEIÇOAMENTO DOS
SERVIDORES DA JUSTIÇA

Se você escreveu matérias, publicadas em jornais ou revistas nacionais entre 1º.08.91 e 17.07.92, sobre a atuação da Justiça Federal de 1º grau ou dos Tribunais Regionais Federais, ou sobre suas competências, atribuições constitucionais ou estruturas organizacionais, poderá concorrer ao PRÊMIO JUSTIÇA FEDERAL DE IMPRENSA -

1992, lançado pelo Conselho da Justiça Federal.

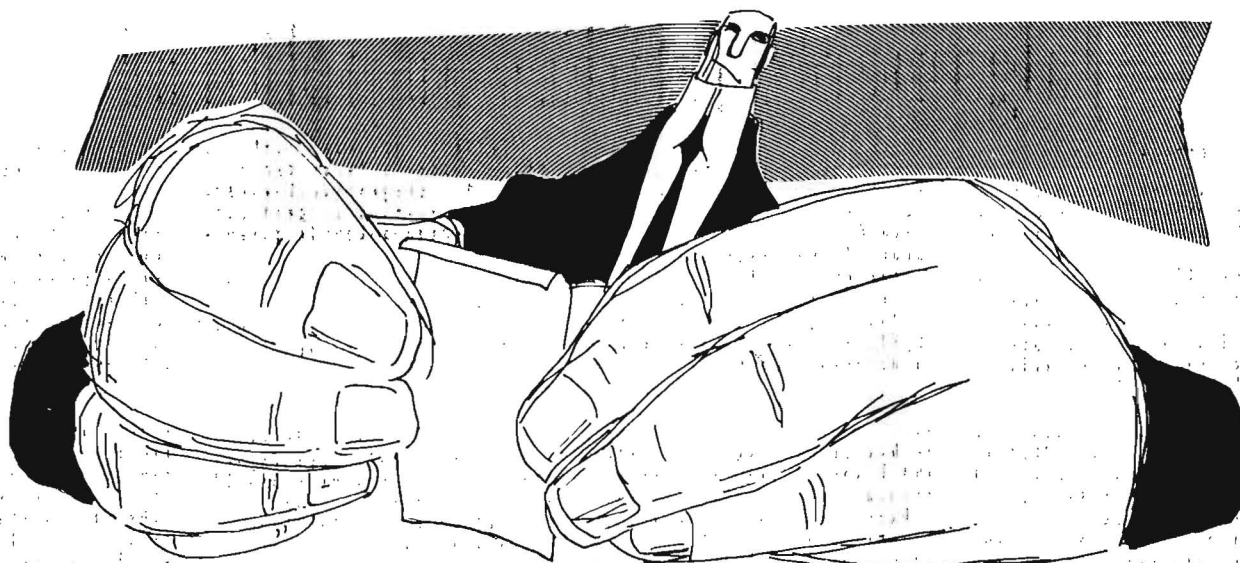
O regulamento do concurso, publicado no D.O.U. de 13.07.92, Seção I, p. 9120, está à disposição no Conselho da Justiça Federal, SEP 510, Lt. 08, Bl. C, Ed. Cidadão de Cabo Frio, 2º andar.

Prêmios (valores de julho/92)*:

- 1º lugar - Cr\$ 800.000,00
- 2º lugar - Cr\$ 650.000,00
- 3º lugar - Cr\$ 500.000,00

Informações: (061) 348-3065
(061) 347-6314

* a serem atualizados pela UFIR do mês da premiação, e sujeitos a IRRF



CICERO

“Na impetração do mandado de segurança coletivo, impende verificar se ocorrentes os pressupostos genéricos do mandado de segurança, e os específicos do mandamus coletivo”

territorial sob a jurisdição do mencionado magistrado. Se a autoridade superior, no entanto, for o secretário da Fazenda, então competente será, originariamente, um dos órgãos fracionários do Tribunal de Justiça ou seu órgão especial, conforme dispuser a legislação de organização judiciária local ou o Regimento Interno da Corte.

Com a habitual precisão Calmon de Passos preconiza esta solução (ob. cit., p. 25/28; p. 75/76), sublinhando inclusive sua repercussão no relativo à eficácia das decisões proferidas no “mandamus” coletivo.

8. Em tema de decadência, o mandado de segurança coletivo também necessita fazamos distinções relativamente ao writ individual. Segundo a Lei nº 1.533/51, artigo 18, “o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado”. Note-se que a decadência, no caso, não atinge o direito material, que se existente continua defensável pelas vias ordinárias, mas sim a faculdade de utilização da ação potenciada como garantia constitucional. Pois bem. No mandado coletivo, com a multiplicidade de substituídos, mantida a hipótese anterior, alguns já podem ter sido atuados pelo Fisco há mais de 120 dias, outros atuados recentemente, outros ameaçados de atuação. A todos beneficiará a segurança, se concedida?

É de entender que os associados da entidade impetrante, que já houvessem decaído do direito de impetrar mandado de segurança individual, não poderão beneficiar-se, como substituídos, do writ coletivo. E nem caberá argumentar com a quebra de isonomia, decorrente da circunstância de serem beneficiados uns contribuintes e outros não, embora todos sejam associados da entidade e todos na mesma situação relativamente à incidência, ou não, da norma legal questionada. Contribuintes outros, igualmente na mesma situação, mas não filiados à associação autora, igualmente não serão beneficiados pela eventual concessão da segurança, constitucionalmente prevista para a defesa dos interesses apenas “de seus membros ou associados”. Somente estes são os substituídos processuais, somente a eles alcança a eficácia da coisa julgada, e somente aqueles em relação aos quais o prazo decadencial não se haja consumado anteriormente ao ajuizamento do “mandamus” coletivo.

Como saber, no entanto, quais os associados beneficiados? Lembremo-nos de que a “autorização” dos associados é desnecessária em matéria de mandado de segurança coletivo, sendo os substituídos pessoas indeterminadas na petição inicial, impetrada pela entidade em defesa genericamente dos seus “membros ou associados”. A determina-

ção dos atingidos pela coisa julgada far-se-á ao final, quando da revogação dos atos ilegais, ou da sustação da ameaça de sua prática. Nesta ocasião, poderá a autoridade coatora questionar a expedição do mandamento em favor de C ou de D, alegando que relativamente a estes a decadência já se teria consumado. Nada impede que, valendo como preceito a sentença concessiva da segurança coletiva, determinada pessoa física ou jurídica, considerando-se injustamente excluída de seus efeitos, requeira sua inclusão quer administrativamente, quer por mandado de segurança individual (se incontroversos os fatos que a autorizam a considerar-se como beneficiada), quer inclusive pelas vias ordinárias (se controvertidos os fatos).

Mestre Calmon de Passos, cujo ensinamento neste ponto em linhas gerais buscamos seguir, aponta todavia hipótese que merece, em tema de decadência, tratamento diferenciado. Alude aos casos de “incindibilidade da eficácia da decisão proferida no mandado de segurança coletivo”, exemplificando com o writ impetrado por associação buscando invalidar concurso público; neste caso, se deferida a segurança, o concurso terá sido, anulado não somente relativamente aos substituídos, como igualmente com relação aos concorrentes não filiados à impetrante, e pois “com muito maior razão” beneficiará os associados que houve-

sem “decaído, individualmente, do direito de impetrar a segurança” (ob. cit., p. 40/41).

9. Relativamente aos limites subjetivos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo, é de entender-se que abrange os associados da entidade impetrante (feita a ressalva relativa à decadência em casos individuais): a rigor, somente os associados que já o fossem na data da impetração da segurança. Possível admitir-se, todavia, a extensão da segurança àqueles que se hajam filiado até o momento de prolação da sentença, mesmo porque nada a eles impediria (como aos já antes associados) de ingressar no processo como assistentes litisconsorciais, e inclusive de recorrer da sentença desfavorável.

Não nos parece, no entanto, possa a decisão beneficiar aos que se hajam filiado após a sentença, quicá com o intuito exatamente de obter tal vantagem. A sentença opera em favor dos substituídos, e não podem ser considerados como, substituídos aqueles que, ao tempo do veredito judicial, não eram associados da entidade impetrante. Vantagens de ordem pragmática, como a de prevenir futuros mandados de segurança individuais, não nos parecem suficientes — e neste ponto ousamos divergir de Calmon de Passos (ob. cit., p. 76/78), para justificar tal excessiva abrangência, sem maior embasamento doutrinário.

Magistrado e professor

Athos Gusmão Carneiro, ministro do Superior Tribunal de Justiça, formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1949.

Magistrado de carreira, foi aprovado em primeiro lugar, no Concurso para o cargo de juiz de Direito, no Rio Grande do Sul, em 1952. No

interior do Estado, jurisdicionou as comarcas de São Francisco de Assis, Ijuí e Uruguaiana. Promovido em 1965, sempre por merecimento, para a comarca de Porto Alegre, foi juiz da Fazenda Pública. Posteriormente foi designado para o cargo de juiz-assessor da Presidência do Tribunal de Justiça. Foi eleito em 1971 juiz substituto de Desembargador e promovido em 1975 para o Tribunal de Alçada. Em 1977, por merecimento, alçou-se ao Tribunal de Justiça. Em 1988 foi eleito 2º vice-presidente do TJRS e, em 1989, passou a 1º vice-presidente.

Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral no

Rio Grande do Sul, de 1983 a 1986, e ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 18 de maio de 1989.

Na docência, exerce o cargo de professor de Direito Processual Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e no Departamento de Direitos da Universidade de Brasília.

É autor de diversas obras jurídicas, entre as quais: “Audência de instrução e julgamento”, “Intervenção de Terceiros”, e “Jurisdição e Competência”, todas em 5ª edição.

ADVOCACIA EDÍLIO ABATH

Causas Cíveis, Comerciais, Trabalhistas, e Criminais, Divórcio, Separação, Inventários, Posse, Questões de Terra, Divisão, Demarcação, Falências e Concorridas, Tribunais.

Fone - 223-4001

Edifício Verâncio 2000 Bloco B-50
salas 606 e 608. Brasília - DF